



mangualde
município

PROGRAMA DE CONCURSO

**AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO E
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO N.º 5386 “BAIRRO COMERCIAL DIGITAL
MANGUALDE”, APROVADO NO ÂMBITO DOS BAIRROS COMERCIAIS
DIGITAIS (PRR)**

**CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO, COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL
DA UNIÃO EUROPEIA**

(Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo *Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual*)

ÍNDICE

CAPÍTULO I 3

OBJETO E ÂMBITO DO PROCEDIMENTO	3
Artigo 1. Identificação e objeto do procedimento.....	3
Artigo 2. Entidade Adjudicante	3
Artigo 3. Órgão que tomou a decisão de contratar	3
Artigo 4. Fundamentação da não adjudicação por lotes	3
Artigo 5. Consulta e disponibilização das peças de procedimento.....	4
Artigo 6. Fases do procedimento	5
Artigo 7. Preço base	5
Artigo 8. Esclarecimentos, retificações e alteração às peças do procedimento.....	6
Artigo 9. Candidatos/Concorrentes	7

CAPÍTULO II 9

Artigo 10. Qualificação de candidatos	9
Artigo 11. Requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira.....	9
Artigo 12. Documentos comprovativos da capacidade técnica e financeira.....	10
Artigo 13. Preenchimento dos requisitos mínimos por agrupamento de candidatos.....	10
Artigo 14. Candidatura a qualificação e documentos.....	11
Artigo 15. Modo e prazo para apresentação da candidatura de qualificação.....	11
Artigo 16. Abertura de candidaturas de qualificação	12
Artigo 17. Esclarecimentos e suprimientos das candidaturas e qualificação	12
Artigo 18. Qualificação dos candidatos, relatório preliminar e relatório final da fase de qualificação	12
Artigo 19. Decisão de qualificação	13

CAPÍTULO III 14

FASE DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	14
Artigo 20. Convite e Prazo para a apresentação das propostas	14
Artigo 21. Impedimentos	14
Artigo 22. Proposta e documentos que a constituem	14
Artigo 23. Preço anormalmente baixo	15
Artigo 24. Propostas variantes.....	16
Artigo 25. Leilão eletrónico	16
Artigo 26. Prazo da obrigação de manutenção das propostas	16

Artigo 27.	Modo de apresentação de propostas	16
Artigo 28.	Exclusão das propostas e supressão de irregularidades	17
Artigo 29.	Critério de adjudicação	17
Artigo 30.	Análise das propostas, relatório preliminar, audiência prévia e relatório final.....	18
Artigo 31.	Adjudicação	19
Artigo 32.	Causas de não adjudicação	19
Artigo 33.	Documentos de habilitação	20
Artigo 34.	Caução	22
Artigo 35.	Modo da prestação da caução	22
Artigo 36.	Não prestação da caução e caducidade da adjudicação.....	23
Artigo 37.	Redução do contrato a escrito	23
Artigo 38.	Despesas e encargos	23
Artigo 39.	Ajuste direto.....	23
Artigo 40.	Casos omissos.....	23
Artigo 41.	Legislação aplicável	24

CAPÍTULO I

OBJETO E ÂMBITO DO PROCEDIMENTO

Artigo 1. Identificação e objeto do procedimento

1.1. O presente concurso é identificado pela designação interna “Aquisição de bens e serviços para o desenvolvimento e implementação do Projeto n.º 5386 “Bairro Comercial Digital Mangualde”, aprovado no âmbito dos Bairros Comerciais Digitais (PRR)”.

1.2. Este procedimento reveste a forma de concurso limitado por prévia qualificação, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos do preceituado na alínea d) do n.º 1 do artigo 16.º e do artigo 162.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, (doravante CCP).

Artigo 2. Entidade Adjudicante

A entidade pública contratante é o Município de Mangualde sito no Largo Dr. Couto 102, com o código postal 3530-134 Mangualde, com os números de telefone 232 619 880 e de fax 232 623 958, endereço de correio eletrónico geral@cmmangualde.pt, e NIPC 501262997.

Artigo 3. Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Presidente da Câmara ao abrigo da competência delegada pelo Órgão Executivo na sua reunião de 18 de outubro de 2021 e ao abrigo do disposto no artº 36º do CCP, plasmado no documento “Proposta de Aquisição”.

Artigo 4. Fundamentação da não adjudicação por lotes

4.1. Nos termos do artigo 46.º-A do Código dos Contratos Públicos, a formação de contratos públicos de aquisição ou locação de bens, ou aquisição de serviços, de valor superior € 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, a decisão de não contratação por lotes deve ser fundamentada, constituindo fundamento, designadamente, as seguintes situações:

- a) Quando as prestações a abranger pelo respetivo objeto forem técnicas ou funcionalmente incindíveis, ou, não o sendo, a sua separação causar graves inconvenientes para a entidade adjudicante;
- b) Quando, por motivos de urgência ou por imperativos técnicos ou funcionais, a gestão de um único contrato se revele mais eficiente para a entidade adjudicante.

4.2. Atendendo ao disposto no número anterior, no presente procedimento não será efetuada a adjudicação por lotes.

4.3. No presente concurso, e atendendo ao facto de as prestações a abranger no respetivo objeto, serem técnica e funcionalmente incindíveis, causando a sua separação graves inconvenientes para a entidade adjudicante, a gestão de um contrato único revela-se mais eficiente para a entidade adjudicante.

Artigo 5. Consulta e disponibilização das peças de procedimento

5.1. As peças do procedimento do concurso público são o anúncio, o presente programa de concurso e os seus anexos, que são parte integrante deste, bem como o caderno de encargos e os seus anexos, que são parte integrante deste, incluindo o Programa preliminar.

5.2. O presente procedimento é tramitado, integralmente, na plataforma eletrónica AcinGov, utilizada pela entidade pública adjudicante, com o seguinte endereço <https://www.acingov.pt>, não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio que não pela plataforma eletrónica (exceto se se verificar uma das situações previstas no n.º 5 do artigo 62.º do CCP).

5.3. As peças do procedimento estão integralmente disponíveis, para consulta e download, na plataforma eletrónica AcinGov, bem como no site do Município de Mangualde, <https://www.cmmangualde.pt/>, desde o dia da publicação do anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) e no Diário da República até ao termo do prazo para apresentação das propostas, de forma livre, completa e gratuita, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do CCP.

5.4. As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica de contratação, em caso de divergência.

5.5. Nos termos e para os efeitos do disposto no *n.º 1 e n.º 2 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto*, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma AcinGov apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, ao sistema em que a plataforma opera ou à própria plataforma. Sempre que ocorram problemas técnicos na rede pública ou na plataforma eletrónica que impossibilitem ou tornem excessivamente demorada a prática de qualquer ato que, nos termos do CCP, deva ser praticado na plataforma eletrónica, a entidade adjudicante, por iniciativa própria ou a solicitação dos concorrentes, deve tomar todas as medidas necessárias de forma a que os interessados não sejam prejudicados, podendo, nomeadamente, prorrogar o prazo para a prática desses mesmos atos, o qual aproveita a todos os interessados.

Artigo 6. Fases do procedimento

6.1. O presente concurso limitado por prévia qualificação integra as seguintes fases:

- a) Apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos;
- b) Apresentação e análise das propostas;
- c) Adjudicação.

Artigo 7. Preço base

7.1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Mangualde deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, não podendo o mesmo exceder o montante global de 590 850,45 € (quinhentos e noventa mil, oitocentos e cinquenta euros e quarenta e cinco cêntimos), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

7.2. Serão excluídas as propostas que apresentem um preço contratual superior ao indicado no número anterior, nos termos da *alínea d) do n.º 1 do artigo 70.º do CCP*.

7.3. Nos termos do *artigo 35.º-A do CCP*, foi realizada consulta preliminar ao mercado, através de correio eletrónico, a várias entidades, de modo a obter informações relevantes para estabelecer, entre outras, o preço base. A evidência da mesma encontra-se em anexo ao presente Programa de Procedimento – Anexo III. As informações obtidas foram vertidas nas especificações técnicas constantes deste Caderno de Encargos e foi com base naquelas que se obteve o preço base estabelecido no presente procedimento, em conformidade com o disposto no *n.º 3 do artigo 47.º do CCP*.

7.4. Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas, salvo se os documentos que constituem a proposta forem classificados como confidenciais por parte do interessado.

7.5. O preço referido no presente artigo inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de fornecimento, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

7.6. Os preços unitários adjudicados serão aplicáveis aos bens e serviços objeto do contrato, ficando vedada qualquer possibilidade de revisão de preços que implique qualquer acréscimo dos mesmos.

7.7. O contrato terá sempre como limite o preço contratual que resulta da parcela de bens e serviços adjudicados, sendo que os bens e serviços a pagar corresponderão apenas aos bens efetivamente entregues e aos serviços efetivamente prestados.

Artigo 8. Esclarecimentos, retificações e alteração às peças do procedimento

8.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das candidaturas/propostas, através da plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt>, e no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados, designadamente, no que respeita aos elementos referidos nas alíneas do *n.º 2 do artigo 50.º CCP*.

8.2. Os esclarecimentos, a que se refere o número anterior são prestados por escrito, pelo Júri do procedimento, nomeado para o efeito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, através da plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt>.

8.3. Consideram-se erros e omissões das peças de procedimento:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.

8.4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das candidaturas/propostas, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificadas pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites, devendo identificar os termos de suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.

8.5. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo previsto no número anterior ou até final do prazo de entrega das candidaturas/propostas, caso em que deve atender-se ao disposto no *artigo 64.º do CCP*.

8.6. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizados na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento, sendo todos os interessados que as tenham obtido imediatamente notificados de tal facto.

8.7. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 9. Candidatos/Concorrentes

9.1. No presente procedimento são candidatos as pessoas, singulares ou coletivas, que apresentem uma candidatura na fase da qualificação, sendo concorrentes, as pessoas, singulares ou coletivas, que apresentem uma proposta na fase de apresentação e análise das propostas e adjudicação.

9.2. No presente procedimento podem participar como candidatos ou concorrentes quaisquer entidades, pessoa singular ou coletiva, desde que não se encontrem em qualquer das situações previstas no *artigo 55.º do CCP*.

9.3. Podem ser candidatos ou concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

9.4. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos o *artigo 54.º do CCP*, nem integrar outro agrupamento concorrente.

9.5. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

9.6. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato e no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação da adjudicação, sob a forma jurídica de consórcio, em regime de responsabilidade solidária, devendo até à data da assinatura do contrato, apresentar os seguintes documentos:

- a)** Cópia do contrato de consórcio;
- b)** Procuração outorgada por todos os membros do consórcio ao seu líder, com poderes para este proceder à faturação de todos os trabalhos executados, receber quaisquer quantias ao abrigo do contrato dando a respetiva quitação, bem como poderes para receber todas as notificações e comunicações do Município ou seu representante respeitantes ao contrato celebrado.

9.7. O prazo fixado no número anterior, pode ser prorrogado, por solicitação do adjudicatário ao oficial público, por um período não superior a cinco dias.

9.8. O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de chefe do consórcio, devendo-lhe ser conferido, no mesmo ato, por procuração, os poderes a que se referem *as alíneas a), b) c) e d) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho*, que será o único interlocutor responsável perante a entidade adjudicante, através do preenchimento da declaração que constitui o ANEXO IV ao presente Programa de Procedimento.

9.9. Todos e cada um dos membros de um agrupamento concorrente devem preencher cumulativamente as seguintes condições, através do preenchimento da declaração que constitui o ANEXO V ao presente Programa de Procedimento:

- a)** Satisfazer as disposições legais e as exigências previstas no presente procedimento, relativamente ao objeto do contrato a celebrar;
- b)** Assumir a responsabilidade solidária perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta, pelo cumprimento de todas as obrigações inerentes à apresentação e à adjudicação da mesma e à celebração do respetivo Contrato;
- c)** Designar um representante comum para praticar quaisquer atos respeitantes ao presente concurso, incluindo a assinatura da proposta, devendo, para o efeito, entregar, com a sua proposta, instrumentos de mandato emitidos por cada uma das entidades que o compõem.

CAPÍTULO II

APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS/FASE DE QUALIFICAÇÃO

Artigo 10. Qualificação de candidatos

10.1. A qualificação dos candidatos assenta no modelo simples de qualificação previsto no n.º 1 do artigo 179.º do CCP.

10.2. Serão qualificados todos os candidatos que preencham cumulativamente os requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira, previstos no artigo 11.º do presente Programa de Procedimento.

Artigo 11. Requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira

11.1. Rácios financeiros, a média do Ebitda dos últimos 3 anos de ser no mínimo 1.181.700,00€ (um milhão, cento e oitenta e um mil e setecentos euros).

11.2. Utilização de Data Center localizado em território da União Europeia, para alojamentos das soluções, aplicações, dados e equipamentos.

11.3. Certificações ISO (ou equivalentes):

- a) Certificação de Qualidade por referência à Norma ISO 9001;
- b) Certificação de Ambiente por referência à Norma ISO 14001;
- c) Certificação em Gestão de Serviços de Tecnologias de Informação por referência à Norma ISO 20000-1;
- d) Certificação em Segurança da Informação por referência à Norma ISO 27001 para instalação e/ou implementação de soluções que abranjam o segmento empresarial;

11.4. Capacidade de entrega de espectro na banda da rede móvel nacional 5G;

11.5. Experiência comprovada em projetos semelhantes, demonstrando cumulativamente, experiência nos seguintes tipos de projeto:

- a) Dois (2) projetos no território nacional de Smart Cities implementados em entidades públicas, que contenham plataforma central de agregação de várias verticais e com implementação de salas de gestão e controlo, e respetivos serviços;
- b) Dois (2) projetos de implementação de novas redes de comunicação NB-IoT, cada um com uma dimensão superior a 50 (cinquenta) unidades de sensorização.

11.6. Relativamente ao certificado dos recursos alocados à execução do projeto, o Gestor de Projeto deve ter as certificações Project Management Professional (PMP).

11.7. Os pontos 11.1, 11.3 e 11.5 do presente artigo devem ser integralmente cumpridas pelo candidato não podendo o mesmo recorrer à subcontratação para preenchimento dos requisitos mínimos em causa.

Artigo 12. Documentos comprovativos da capacidade técnica e financeira

12.1. Os requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira fixados no presente artigo, são comprovados mediante a apresentação dos documentos indicados no ponto que se segue.

12.2. Para comprovar a sua capacidade financeira, os candidatos ou, no caso de um agrupamento, os membros do agrupamento, deverão apresentar declaração certificada por Contabilista Certificado, relativa ao volume global de negócios dos últimos 3 (três) exercícios, apresentando as Informações Empresariais Simplificadas (IES) dos últimos 3 anos (exercícios), que permitam comprovar os rácios pedidos no ponto 11.1. do artigo 11.º.

12.3. Para comprovar a sua capacidade técnica, os candidatos ou, no caso de um agrupamento, os membros do agrupamento, deverão apresentar a seguinte documentação:

- a) Certificado do Data Center detido para alojamento das soluções;
- b) Cópia do Certificado comprovativo da detenção da Norma ISO 27001, ou equivalente;
- c) Cópia do Certificado comprovativo da detenção da Norma ISO 9001, ou equivalente;
- d) Cópia do Certificado comprovativo da detenção da Norma ISO 14001, ou equivalente;
- e) Cópia do Certificado comprovativo da detenção da Norma ISO 20000-1, ou equivalente;
- f) Licenças (emitidas pela Autoridade Nacional das Comunicações - ANACOM) para comunicações móveis de voz e dados, 5G, em Portugal;
- g) Declaração sob compromisso de honra assinada pelo candidato, com indicação do contacto do Cliente que possa atestar a veracidade da informação, de forma a confirmar a experiência em projetos relevantes de acordo com o definido na alínea a) do ponto 11.5. do artigo 11.º do presente Programa;
- h) Declaração sob compromisso de honra assinada pelo candidato a descrever os projetos de acordo com o definido na alínea b) do ponto 11.5. do artigo 11.º do presente Programa;
- i) CV com os respetivos certificados válidos do Gestor de Projeto expurgado dos dados pessoais substituídos pela primeira letra no primeiro nome e primeira letra do último nome.

Artigo 13. Preenchimento dos requisitos mínimos por agrupamento de candidatos

13.1. No caso do candidato ser um agrupamento, considera-se, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 182.º do CCP, que preenche os requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira indicados no artigo 10.º do presente Programa de Procedimento, desde que, relativamente a cada requisito, um dos membros os preencha individualmente, salvo o disposto na alínea seguinte.

13.2. Os requisitos mínimos definidos nos pontos 11.1, 11.3 e 11.5 do artigo 11.º do presente Programa devem ser preenchidos por todos os membros do agrupamento.

Artigo 14. Candidatura a qualificação e documentos

14.1. A candidatura deve observar as regras previstas nos artigos 168.º e 171.º, ambos do CCP, sendo constituída obrigatoriamente, sob pena de exclusão, pelos seguintes documentos:

- a) Documento previsto no n.º 6, do artigo 57.º do CCP (Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)), assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, ANEXO I do presente programa. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento de concorrentes, deve ser apresentado um DEUCP distinto por cada um dos membros que integram o agrupamento;
- b) Documentos destinados à qualificação dos candidatos, indicados no Artigo 12º do presente Programa de Procedimento;
- c) Quando, para efeitos do preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica, o candidato recorra a terceiros, independentemente do vínculo que com eles estabeleça, nomeadamente o de subcontratação, a respetiva candidatura deve ainda ser constituída por uma declaração, através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a realizar determinadas prestações objeto do contrato a celebrar.

14.2. Os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo candidato ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

14.3. No caso de agrupamento de candidatos, os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser também apresentados os instrumentos de mandato, emitidos por cada uma das entidades que o compõem ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por cada um dos membros do agrupamento ou respetivos representantes.

Artigo 15. Modo e prazo para apresentação da candidatura de qualificação

15.1. Os documentos que constituem a candidatura são apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pelo Município de Mangualde, a saber: <https://www.acingov.pt>, até ao termo do prazo fixado no presente programa de concurso, isto é, até às 23h59m do dia 23 de abril de 2025 (vinte e três de abril de dois mil e vinte e cinco).

15.2. Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada do candidato ou seu representante, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, conjugado com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, por remissão do n.º 4 do artigo 62.º, também do CCP.

15.3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante, nos termos do n.º 7 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

15.4. No caso dos documentos eletrónicos que constituem a proposta serem apresentados numa pasta compactada, para efeitos submissão na plataforma, a mesma deverá ser de formato ZIP, e cada um desses

documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, antes de serem compilados para uma pasta compactada.

15.5. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação, bem como preencher o formulário principal.

15.6. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, ficando essas registadas, configurando como meio eletrónico comprovativo dessa receção.

15.7. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número um, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o estipulado no n.º 5 do artigo 62.º do CCP.

Artigo 16. Abertura de candidaturas de qualificação

16.1. O Júri, no primeiro dia útil a seguir ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, procede à publicitação da lista de candidatos na plataforma eletrónica.

16.2. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos candidatos pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo, para o efeito, apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua candidatura.

16.3. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a candidatura do reclamante, o júri do procedimento fixa-lhe um prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos pontos 16.1. e 16.2. 2 do presente artigo.

Artigo 17. Esclarecimentos e suprimentos das candidaturas e qualificação

17.1. O júri do procedimento pode pedir aos candidatos os esclarecimentos sobre os documentos, da sua autoria, destinados à qualificação, que considere necessários para efeitos de análise das candidaturas.

17.2. Os esclarecimentos prestados pelos candidatos fazem parte integrante das respetivas candidaturas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem ou não visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 184.º do CCP.

17.3. Os candidatos obrigam-se a prestar os esclarecimentos no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data da receção do pedido do júri.

17.4. Os pedidos do júri indicados neste artigo e as respetivas respostas serão disponibilizados na plataforma eletrónica, devendo todos os candidatos ser imediatamente notificados desse facto.

Artigo 18. Qualificação dos candidatos, relatório preliminar e relatório final da fase de qualificação

18.1. A análise das candidaturas será realizada com base na verificação e análise da documentação entregue e, se necessário, com base nos esclarecimentos solicitados aos candidatos, nos termos do disposto no artigo 183.º do CCP.

18.2. São qualificados todos os candidatos que preencham cumulativamente os requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira.

18.3. Após a análise das candidaturas, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a qualificação dos candidatos.

18.4. O relatório preliminar é submetido a audiência prévia dos candidatos por meio da plataforma eletrónica, para aqueles, que querendo, se pronunciarem no prazo de cinco dias úteis.

18.5. Exercido o direito de audiência prévia referido no ponto anterior, ou decorrido o respetivo prazo sem que qualquer dos candidatos se haja pronunciado, o júri elabora relatório final fundamentado no qual pondera as observações formuladas pelos concorrentes, caso existam, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer candidato se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previsto no n.º 2 do artigo 184.º do CCP.

18.6. No caso previsto na parte final do número anterior, o júri procede a nova audiência prévia, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

18.7. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso limitado por prévia qualificação, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar, nomeadamente para efeitos de qualificação de candidatos.

Artigo 19. Decisão de qualificação

19.1. O órgão competente para a decisão de contratar tomará a decisão de qualificação no prazo máximo de 44 dias após o termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, procedendo à notificação de todos os candidatos e remetendo aos mesmos o relatório final da fase de qualificação.

19.2. Os candidatos qualificados passam à fase seguinte em condições de igualdade.

CAPÍTULO III

FASE DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Artigo 20. Convite e Prazo para a apresentação das propostas

20.1. Com a notificação referida no artigo 19.º, a entidade adjudicante envia aos candidatos qualificados, em simultâneo e através da plataforma eletrónica, um convite para apresentação das propostas.

20.2. Os documentos que constituem as propostas são apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pelo Município de Mangualde, a saber: <https://www.acingov.pt>, até às 23h59m do dia 23 de abril de 2025 (vinte e três de abril de dois mil e vinte e cinco).

Artigo 21. Impedimentos

Não podem ser concorrentes ou integrar agrupamentos concorrentes as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos, com as necessárias adaptações.

Artigo 22. Proposta e documentos que a constituem

22.1. Nos termos do n.º 1 do artigo 56.º do CCP, a proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.

22.2. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos, de entrega obrigatória, sob pena de exclusão, a saber:

- a) Documento previsto no n.º 6, do artigo 57.º do CCP (Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)), assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, ANEXO I do presente programa. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento de concorrentes, deve ser apresentado um DEUCP distinto por cada um dos membros que integram o agrupamento;
- b) Certidão do registo comercial (certidão permanente) ou códigos de acesso à mesma, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente que permita relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura;
- c) Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto e regulamentado pela Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto, ou autorização online (código de acesso);
- d) Documentos dos quais constem os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, sem dispensa de apresentação dos seguintes:
 - i. Cronograma de execução dos trabalhos;

- ii. Memória descritiva que deverá incluir os modelos dos equipamentos a disponibilizar, as características técnicas das soluções de hardware e software a fornecer acompanhadas de fichas técnicas, manuais e certificações, quando aplicável;
 - iii. Documentos que contenham os atributos do preço da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, os quais devem ser expressos através do Anexo VI do Programa do Procedimento;
 - iv. Plano de Captação e Estratégia para o Bairro Comercial Digital de Mangualde e Plano de Capacitação dos Comerciantes e Gestor do Bairro - ambos os planos devem prever o período de implementação do Bairro e ano seguinte;
 - v. Vídeo demonstrativo e narrado das funcionalidades da solução do Marketplace, com uma duração máxima de 1h;
- e) Quaisquer outros elementos que o concorrente julgue conveniente incluir, que sejam considerados por este como indispensáveis e pertinentes, para a boa compreensão da proposta.

22.3. As propostas a apresentar terão de abranger a totalidade dos bens e serviços, sob pena de exclusão das mesmas.

22.4. O preço da proposta é expresso em euros, por extenso e algarismos, e não inclui o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável; em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.

22.5. No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta poderá ser acompanhada de instrumentos de mandato, emitido por cada uma das entidades que o compõe, designando um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do concurso.

22.6. Todos os documentos que integram a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais, com exceção das fichas técnicas, manuais e certificações, que poderão ser entregues em língua inglesa.

Artigo 23. Preço anormalmente baixo

Serão consideradas propostas com preço anormalmente baixo, as propostas que apresentem o valor inferior a 80% do preço base. A necessidade de fixar um limiar a partir do qual se considera que a proposta apresenta preço anormalmente baixo, prende-se com o facto de uma proposta abaixo desse valor poder colocar em causa a boa execução dos serviços, bem como a qualidade da solução e equipamentos a fornecer.

Artigo 24. Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes nem condicionadas, nos termos do *artigo 59.º do CCP*.

Artigo 25. Leilão eletrónico

Não há lugar a leilão eletrónico.

Artigo 26. Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 dias, contados do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 27. Modo de apresentação de propostas

27.1. Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pelo Município de Mangualde, a saber: <https://www.acingov.pt>, até ao termo do prazo fixado no presente programa de concurso.

27.2. Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante, de acordo com o disposto no *n.º 4 do artigo 57.º do CCP*, conjugado com o *artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto*, por remissão do *n.º 4 do artigo 62.º, também do CCP*.

27.3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante, nos termos do *n.º 7 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto*.

27.4. No caso dos documentos eletrónicos que constituem a proposta serem apresentados numa pasta compactada, para efeitos submissão na plataforma, a mesma deverá ser de formato ZIP, e cada um desses documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, antes de serem compilados para uma pasta compactada.

27.5. Nos termos do disposto nos *artigos 68.º a 70.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto*, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação, bem como preencher o formulário principal.

27.6. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, ficando essas registadas, configurando como meio eletrónico comprovativo dessa receção.

27.7. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número um, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o estipulado no *n.º 5 do artigo 62.º do CCP*.

Artigo 28. Exclusão das propostas e supressão de irregularidades

28.1. Após abertura de propostas, seguir-se-á uma fase de análise da regularidade das mesmas na sequência da qual o Júri e a entidade adjudicante formularão os pedidos de esclarecimentos aos concorrentes que repute de necessários ao suprimento das irregularidades por si qualificadas como respeitando a formalidades não essenciais.

28.2. São consideradas excluídas as propostas que:

- a) Não apresentem os documentos solicitados no artigo 22.º do presente Programa de Procedimento;
- b) Impliquem um preço contratual superior ao preço base fixado (nota: entende-se por preço contratual o preço da proposta apresentada);
- c) Não estejam assinadas eletronicamente pelo responsável ou seu representante;
- d) Sem prejuízo do disposto nos números 4 a 6 e 8 a 11 do artigo 49.º do CCP, apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;
- e) Seja impossível a sua avaliação em virtude da forma de apresentação de alguns dos respetivos atributos;
- f) Revelem qualquer das causas de exclusão previstas no n.º 2 do artigo 146.º do CCP;
- g) Não cumpram qualquer uma das disposições do presente Programa de Procedimento e do Caderno de Encargos;
- h) Revelem a existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência.

Artigo 29. Critério de adjudicação

29.1. A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de Multifator, nos termos da *alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP*, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores e subfactores, correspondentes a diversos

aspectos da execução do contrato a celebrar, nos termos do definido no modelo de avaliação constante do ANEXO VII – Modelo de avaliação de propostas, ao presente Programa, que dele faz parte integrante.

29.2. É adjudicada a proposta à qual sejam atribuídos mais pontos, isto é, a que dispuser de maior "pontuação final", numa escala de 0 a 100 pontos, de acordo com a aplicação da(s) fórmula(s) e/ou enquadramento da proposta num dos fatores constantes no número seguinte.

29.3. A pontuação final é obtida através da soma, devidamente ponderada, de todos os pontos atribuídos à proposta em concreto, daqueles constantes e aplicáveis da coluna "Pontuação a atribuir", que decorrerá da aplicação das fórmulas ou do enquadramento num dos fatores referidos. Fórmula de aplicação do critério:

$$\text{Pontuação Final} = (\text{FA} \times 60\%) + (\text{FB} \times 40\%).$$

Sendo que:

FA = FATOR A “Preço”

FB = FATOR B “Valia Técnica”

29.4. Em caso de empate, o critério de desempate utilizado será a avaliação obtida no fator preço.

29.5. Caso da aplicação do critério referido no número anterior subsista o empate, o critério de desempate será o sorteio, conduzido pelo júri na presença de representante das propostas concorrentes em situação de empate, em data, hora e local a comunicar com a antecedência mínima de 3 dias úteis, por aviso emitido por mensagem da através de plataforma eletrónica.

29.6. O sorteio efetuar-se-á com recurso a sacos opacos onde, num, serão depositadas etiquetas com a identificação das propostas em situação de empate e, noutro, etiquetas numeradas, com tantos números quanto os de propostas em situação de empate. Serão efetuadas extrações sucessivas, fazendo corresponder a uma proposta, uma etiqueta numerada, número que indicará a respetiva ordenação.

29.7. A não comparência de todos, ou de alguns dos concorrentes não constitui fundamento de não realização, ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

29.8. Os concorrentes deverão apresentar-se no sorteio munidos da respetiva identificação, e de comprovativo, ou declaração que, confira poderes para representar a entidade, emitida por quem tem poderes para a obrigar e respetivo certificado digital qualificado (CDQ).

29.9. O resultado do sorteio será consignado em ata, a assinar com recurso a certificados digitais qualificados (CDQ) de assinatura próprios, ou dos seus representantes por todos os presentes no ato.

Artigo 30. Análise das propostas, relatório preliminar, audiência prévia e relatório final

30.1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos, termos ou condições, atenta o critério de adjudicação definido no presente programa de concurso.

30.2. O júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a respetiva ordenação para efeitos de adjudicação, devendo também propor e fundamentar, se for o caso, a exclusão de qualquer proposta que preencha a previsão do *n.º 2 ou do n.º 3 do artigo 146.º*, bem como qualquer das causas de exclusão previstas no presente programa de procedimento ao abrigo do disposto no *n.º 4 do artigo 132.º*, todos do CCP.

30.3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no *artigo 72.º do CCP*.

30.4. O relatório preliminar é submetido a audiência prévia dos concorrentes por meio da plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt>, para se pronunciarem no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

30.5. A audiência prévia dos concorrentes encontra-se dispensada quando tenha sido apresentada uma única proposta, aplicando-se, nesse caso, o disposto no *artigo 125.º do CCP*, por remissão do *artigo 147.º* do mesmo diploma.

30.6. Exercido o direito de audiência prévia referido no ponto anterior, ou decorrido o respetivo prazo sem que qualquer dos concorrentes se haja pronunciado, o júri elabora relatório final fundamentado no qual pondera as observações formuladas pelos concorrentes, caso existam, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta.

30.7. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

Artigo 31. Adjudicação

31.1. Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

31.2. A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, acompanhada do relatório final de avaliação das propostas.

31.3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos no artigo 33.º do presente Programa, bem como prestar caução, nos termos do disposto nos artigos 34.º e 35.º.

31.4. O adjudicatário será ainda notificado, em simultâneo, para se pronunciar sobre a minuta do contrato.

Artigo 32. Causas de não adjudicação

32.1. Não há lugar a adjudicação quando:

- a) Nenhum candidato ou concorrente haja apresentado proposta;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, assim o justifiquem.

32.2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, devem ser notificados a todos os concorrentes.

Artigo 33. Documentos de habilitação

33.1. É concedido um prazo de 5 dias úteis, contados da data da notificação da adjudicação, para o adjudicatário apresentar os documentos de habilitação, nos termos previstos no artigo 81.º do CCP.

33.2. O adjudicatário deve apresentar, através da plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt>, os seguintes documentos de habilitação, exigidos nos termos do artigo mencionado no número 21.1 do presente artigo e na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro:

- a) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo constante do ANEXO II do presente programa de concurso (declaração de não impedimento, conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos) - de acordo com alterações em vigor desde 20.06.2021;
- b) Comprovativo da dimensão da empresa de acordo com o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, na sua versão atual (Grande, ou Média, ou Micro, ou Pequena ou Micro, pequena ou média);
- c) Declaração contendo:
 - i. Designação de um Gestor de Contrato responsável que fará a ligação com o Gestor do Contrato nomeado pelo Município de Mangualde no que concerne a todas as questões relevante para a boa execução do contrato;
 - ii. Informação do endereço eletrónico para efeitos de notificações e comunicações entre as partes do contrato (nos termos do caderno de encargos); e,
 - iii. Indicação do modo de assinatura do contrato, se na plataforma eletrónica, ou se por correio eletrónico (indicar endereço eletrónico).
- d) Cópia da celebração dos contratos de seguros, referidos na Cláusula 23.ª (parte I) do Caderno de Encargos;
- e) Certidão comprovativa, de que se encontra em situação regularizada relativamente a dívidas por impostos, emitida pela Repartição de Finanças da área da sede da firma;

- f) Certidão comprovativa, de se encontrar regularizada a situação contributiva para com a Segurança Social Portuguesa, passada pelo serviço distrital do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.;
- g) Certidão do registo comercial (certidão permanente) ou códigos de acesso à mesma, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente que permita relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura;
- h) Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) nos termos da *Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto* e regulamentado pela *Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto*;
- i) Documento comprovativo de que a pessoa coletiva e os titulares dos órgãos sociais de administração, direção, ou gerência das mesmas, que se encontrem em efetividade de funções, não se encontram nas situações previstas nas *alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP* (certificado de registo criminal ou, na sua falta, de documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente, do qual resulte que aqueles requisitos se encontram satisfeitos);
- j) Declaração na qual o concorrente indique nome dos titulares dos corpos sociais e de outras pessoas, com poderes para outorgarem no contrato - fotocópia simples;
- k) Fotocópia(s) do(s) cartão(ões) do cidadão da(s) Pessoa(s) com poder(es) para outorgarem no contrato.

33.3. No caso de agrupamento de concorrentes, cada uma das entidades que o compõe deverá apresentar os documentos referidos nas alíneas de b) a j) do presente artigo.

33.4. Podem ainda ser solicitados, pelo órgão competente, ao adjudicatário quaisquer documentos comprovativos das habilitações ou certificações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo razoável para o efeito.

33.5. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na *alínea b) do n.º 10 do artigo 81.º do CCP*, se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, devendo apresentar o respetivo registo.

33.6. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário, formulada ao órgão competente para a decisão de contratar (Presidente da Câmara Municipal de Mangualde), por um período não superior a cinco dias.

33.7. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no *artigo 86.º do CCP*, é concedido um prazo de 5 dias para supressão dessas irregularidades.

33.8. Os documentos devem ser assinados pelo adjudicatário, com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios, ou dos seus representantes legais, sendo efetuada através plataforma de

contratação pública identificada no artigo 1.º, obedecendo aos termos previstos na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

33.9. Os documentos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente certidões, certificados, ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes, ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do concorrente que os submete na plataforma.

33.10. Os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro.

33.11. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro.

Artigo 34. Caução

O valor da caução será de 5% do preço contratual, independentemente do preço contratual definido.

Artigo 35. Modo da prestação da caução

35.1. O adjudicatário tem de prestar a caução no prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov.

35.2. A caução é prestada por depósito em dinheiro, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução.

35.3. O depósito em dinheiro é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem do Município de Mangualde, devendo ser especificado o fim a que se destina, nos termos do modelo junto a este Programa do Procedimento como ANEXO VIII.

35.4. Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento, nos termos do modelo junto a este Programa do Procedimento como ANEXO IX, pelo qual a instituição bancária legalmente autorizada assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pelo Município de Mangualde, em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.

35.5. Tratando-se de seguro-caução, deve apresentar uma apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato o pagamento de quaisquer importâncias exigidas pelo Município de Mangualde, em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita, igualmente nos termos do modelo junto a este Programa do Procedimento como ANEXO IX.

35.6. Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias do Município de Mangualde, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas de caução.

35.7. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade da entidade adjudicatária.

Artigo 36. Não prestação da caução e caducidade da adjudicação

36.1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicatária não prestar, em tempo, e nos termos estabelecidos nos artigos anteriores, a caução que lhe seja exigida.

36.2. No caso previsto no número anterior, o Município de Mangualde adjudicará a proposta ordenada em lugar subsequente.

Artigo 37. Redução do contrato a escrito

37.1. O contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de clausulado em suporte informático com aposição de assinaturas eletrónicas, salvo os casos previstos no *artigo 95º do CCP*.

37.2. As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção dos impostos e/ou taxas legalmente devidos pelo adjudicatário.

Artigo 38. Despesas e encargos

Correm por conta do adjudicatário as despesas e encargos inerentes à elaboração das propostas e celebração do contrato a escrito, incluindo as decorrentes da prestação de caução e dos emolumentos do visto do Tribunal de Contas, quando a ele haja lugar.

Artigo 39. Ajuste direto

O Município de Mangualde poderá recorrer a um Ajuste Direto, nos termos das alíneas a) ou b) *do artigo 24.º do CCP*.

Artigo 40. Casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos pela entidade competente para autorizar a despesa, ou de acordo com o regulado na legislação portuguesa.

Artigo 41. Legislação aplicável

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo *Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro*, na sua atual redação, e demais legislação aplicável.

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I – DEUCP;

ANEXO II – Modelo de Declaração, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP;

ANEXO III – Evidência de Realização da Consulta Preliminar ao Mercado;

ANEXO IV – Modelo de Declaração de Compromisso de Associação Sob a forma de Consórcio Externo;

ANEXO V – Modelo de Instrumento de Mandato;

ANEXO VI – Modelo de Preço da Proposta;

ANEXO VII – Modelo de avaliação de propostas;

ANEXO VIII – Modelo de guia de depósito bancário;

ANEXO IX – Modelo de garantia bancária/ seguro caução.

ANEXO I

DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP)

[a que se referem os artigos 14.º e 22.º do Programa do Procedimento]

Ficheiro eletrónico pré-preenchido disponibilizado na plataforma eletrónica

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

EVIDÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE CONSULTA PRELIMINAR AO MERCADO

[a que se refere o artigo 6.º do Presente Programa]

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE ASSOCIAÇÃO SOB A FORMA DE CONSÓRCIO EXTERNO

[a que se refere o artigo 9.º do Presente Programa]

[Identificação do representante legal do membro do agrupamento], na qualidade de [qualidade em que subscreve a declaração] da [identificação da sociedade], [todos os membros do agrupamento devem subscrever a declaração nestes termos], enquanto membros do agrupamento que apresentou proposta ao concurso público com vista à celebração do contrato de “designação do procedimento”, declaram, sob compromisso de honra, nos termos e para efeitos da alínea b) do n.º 8 do artigo 20.º do Programa do Concurso, assumir responsabilidade solidária perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta, pelo cumprimento de todas as obrigações inerentes à apresentação e à adjudicação da mesma e à celebração do respetivo Contrato, e que se comprometem, entre si, na qualidade de membros do agrupamento concorrente, a constituir-se sob a forma de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, caso seja adjudicada a proposta por si apresentada, com vista à celebração do Contrato objeto do referido concurso.

Mais declaram obrigar-se a, no momento da sua constituição sob a forma de Consórcio Externo, designarem como Chefe do Consórcio [identificação], a quem conferirão os poderes constantes do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 8 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da Entidade Adjudicante, e a esta dar quitação, de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do Contrato que eventualmente venha a ser celebrado.

... (local), ... (data), [assinatura] dos subscritores

ANEXO V

MODELO DE INSTRUMENTO DE MANDATO

[a que se refere o artigo 9.º do Presente Programa]

Identificação do representante legal do membro do agrupamento], na qualidade de [qualidade em que subscreve a declaração] da [identificação da sociedade], [todos os membros do agrupamento devem subscrever a declaração nestes termos], enquanto membros do agrupamento que apresentou proposta ao concurso público com vista à celebração do contrato de “designação do procedimento”, vêm, nos termos e para efeitos da alínea c) n.º 8 do Artigo 20.º, do Programa do Concurso, designar como representante comum do agrupamento constituído pelas entidades acima identificadas [identificar Representante Comum do Agrupamento que deverá ser pessoa singular], a quem conferem, com faculdade de delegação, a competência para a prática de todos os atos considerados necessários ou adequados no âmbito do referido concurso, designadamente, o poder para assinar a proposta e ainda os poderes suficientes para intervir e apresentar reclamações ou recursos.

(local), ...(data), [assinatura] dos subscritores

ANEXO VI

MODELO DE PREÇO DA PROPOSTA

[a que se refere o artigo 22.º do Presente Programa]

	Designação	Unidade	Quantidade (A)	Preço Unitário (B)	Preço Total (C) = (A)x(B)
1	Reforço da Conectividade (Rede WiFi)	vg	1		
2	Instalação de três mupis de exterior interativos	vg	1		
3	Instalação de três montras digitais	vg	1		
4	Desenvolvimento e implementação do website e aplicação móvel do Bairro Comercial Digital – Mangualde	vg	1		
5	Desenvolvimento e implementação de plataforma de marketplace Bairro Comercial Digital – Mangualde	vg	1		
6	Desenvolvimento e implementação de solução de gestão centralizada de conteúdos	vg	1		
7	Implementação de uma plataforma analítica de gestão e integração de comportamentos e análise de tráfego económico no Bairro (analytics)	vg	1		
8	Instalação e implementação de duas passadeiras inteligentes	vg	1		
9	Instalação e implementação de duas colunas de monitorização de tráfego	vg	1		
10	Instalação de solução de slots de entregas digitais (cacifos digitais)	vg	1		
11	Implementação de um sistema de monitorização e sustentabilidade ambiental	vg	1		
12	Implementação de dois sistemas de alarmística	vg	1		
VALOR TOTAL PROPOSTA					

Aos preços acima indicados acresce IVA à taxa legal em vigor.

Preço unitário até 2 (duas) casas decimais.

Prazo da Obrigação da Manutenção da Proposta: _____ dias.

O Valor Total da Proposta para o objeto do contrato, de acordo com o discriminado no caderno de encargos, do processo correspondente, é de _____ € (_____), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

... (local), ... (data), ... [assinatura (1)].

(1) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO N.º 5386 “BAIRRO COMERCIAL DIGITAL MANGUALDE”, APROVADO NO ÂMBITO DOS BAIRROS COMERCIAIS DIGITAIS (PRR)

ANEXO VII

MODELO DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS

[a que se refere o artigo 29.º do Presente Programa]

A fórmula de aplicação do critério é: ***Pontuação Final = (FA x 60%) + (FB x 40%)***

Sendo que:

FA = FATOR A “Preço”

FB = FATOR B “Valia técnica”

Os arredondamentos serão, sempre, realizados à terceira casa decimal.

- FATOR A – Preço**

Este fator tem a ponderação de 60%, e avalia o preço proposto pelo concorrente.

O FATOR A – Preço é obtido através da seguinte fórmula:

$$A = 100 \times \frac{(P_{base} - P_p)}{(P_{base})}$$

Em que:

A - Pontuação do Preço

Pbase - Preço Base = 500.850,45 € (quinhentos mil oitocentos e cinquenta euros e quarenta e cinco cêntimos)

Pp - Preço da proposta

- FATOR B – Valia técnica**

Este fator tem a ponderação de 40%, sendo tidos em conta os seguintes subfatores:

Subfatores	Ponderação
B.1. Qualidade das Propostas	80%
B.2. Prazo de instalação	20%

O Fator B – Valia técnica é obtido através da seguinte fórmula:

$$B = (B.1. \times 0.80) + (B.2. \times 0.20)$$

Em que:

B - Valia técnica

B.1. – Qualidade das Propostas

B.2. – Prazo de Instalação

Subfator B.1. Qualidade das Propostas

O subfator traduz-se na avaliação da qualidade da proposta, apresentada pela entidade adjudicatária, tendo em conta a resposta a dar às especificações técnicas constantes no Caderno de Encargos, conforme a seguinte tabela, enquanto critério de avaliação do subfator B.1., sendo que será valorado por uma das pontuações respetivas, a saber: 50; 40 ou 10. O total atribuído ao subfactor B.1. não poderá ser superior a 100 pontos, nos seguintes termos:

Critério de Avaliação do subfator B.1.	Subcritério de Avaliação do subfator B.1.	Pontuação a atribuir
B.1.1. Plano de Trabalho para entrega das soluções e instalação dos equipamentos	A proposta apresenta um <u>plano de trabalhos e cronograma exaustivo</u> , com todas as <u>fases e respetivos prazos associados detalhados</u> , inerente às <u>soluções e instalação dos equipamentos</u>	50
	A proposta apresenta um <u>cronograma de trabalhos</u> indicando as <u>fases e respetivos prazos associados detalhados</u> , inerente às <u>soluções e instalação dos equipamentos</u>	40
	A proposta apresenta apenas referência ao prazo de finalização (entrega das soluções e instalação dos equipamentos)	10
B.1.2. Serviço de acompanhamento e implementação da solução “Marketplace” integrado na “Plataforma Digital do Bairro”	A proposta apresentada cumpre os requisitos mínimos constantes no caderno de encargos, <u>propondo um número superior de horas em 100%</u> , referente ao acompanhamento e implementação junto dos comerciantes e gestor de bairro, detalhando a metodologia a adotar	50
	A proposta apresentada cumpre os requisitos mínimos constantes no caderno de encargos, <u>propondo um número superior de horas em 50%</u> , referente ao acompanhamento e implementação junto dos comerciantes e gestor de bairro, detalhando a metodologia a adotar	40
	A proposta apresentada cumpre os requisitos mínimos constantes no caderno de encargos, referente ao acompanhamento e implementação junto dos comerciantes e gestor de bairro, detalhando a metodologia a adotar	10

Subfator B.2. Prazo de Instalação

O subfator traduz-se na avaliação do prazo de instalação (disponibilização e configuração das soluções) proposto pelo concorrente após a data da celebração do contrato. O total atribuído ao subfactor B.2. não poderá ser superior a 100 pontos. Cada proposta será classificada com uma destas opções e respetiva pontuação:

Subfator B.2 – Prazo de instalação	Pontuação a atribuir
Prazo de instalação e configuração de todas as soluções – ≤ 59 dias	100
Prazo de instalação e configuração de todas as soluções – 60 dias aos 69 dias	80
Prazo de instalação e configuração de todas as soluções – 70 dias aos 79 dias	60
Prazo de instalação e configuração de todas as soluções – 80 dias aos 89 dias	40
Prazo de instalação e configuração de todas as soluções – 90 dias	20

ANEXO VIII

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

[a que se refere o artigo 35.º do Presente Programa]

Euros _____ €

Vai _____ (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), depositar na _____ (sede, filial, agência ou delegação) do Banco _____ a quantia de _____ (por algarismos e por extenso) em dinheiro/ em títulos _____ (eliminar o que não interessar), como caução exigida para _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (entidade adjudicante), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal (ais)]

ANEXO IX**MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO-CAUÇÃO**

[a que se refere o artigo 35.º do Presente Programa]

Garantia bancária/ seguro-caução n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (adjudicatário), vem o(a) _____ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (entidade adjudicante

beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de _____ (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 6 e 8 / 7 e 8 (eliminar o que não interessar) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua liberação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]